



Jean-Paul Thibaud*

O dever ambiente do mundo urbano

30

* *diretor de pesquisa CRESSON/CNRS*
tradução: Eduardo Caetano da Silva

INTRODUÇÃO

Minha apresentação se intitula: “O dever ambiente do mundo urbano”.

Com tal título, vocês veem que eu não uso o termo “meio ambiente” e sim “ambiência”. Ao fazer este deslocamento de meio ambiente para ambiência proponho explorar uma nova maneira de conceituar e de experimentar a cidade. Como pensar as transformações da cidade moderna a partir de suas ambiências? O que se passa com a fabricação sensível de territórios urbanos? O que acontece quando se trata não só de conceber os espaços, mas de instalar atmosferas? Tais questões estarão no centro do meu argumento. Como vocês podem ver, eu não vou lidar com questões de ordem técnicas. A ecologia sensível que eu vou desenvolver se situa principalmente no cruzamento de questões de natureza social, estética, urbana, ecológica e política.

Para trazer elementos que possam responder a estas perguntas, eu proponho uma hipótese: estamos atualmente assistindo ao que eu chamo de uma “ambientação” dos espaços urbanos. Pensemos nos meios ambientes condicionados dos shoppings ou nos meios arborizados dos bairros verdes [éco-quartiers], na patrimonialização dos centros históricos ou na privatização dos condomínios fechados [gated communities], nas novos cenários da cidade criativa ou nas atmosferas funcionais das áreas de transporte, tudo parece feito para criar ambientes, para organizar as sensações, para fazer sentir Stimmung [atmosfera do ambiente].

Em suma, falar de ambientação dos espaços urbanos, é compreender como as mutações da cidade de hoje se encarnam e se difundem na vida cotidiana. Se o domínio sensível sensorial pode reivindicar qualquer relevância a este respeito, é primeiramente porque se apresenta como uma expressão das mudanças mais óbvias e imediatas das transformações do meio-ambiente.

Para se perceber essa ecologia sensível da cidade, eu vou me concentrar numa série de modos de funcionamento dos ambientes nas questões de concepção urbana. Eu não vou tentar definir formalmente o que é uma ambiência, mas sim mostrar de onde ela procede, sobre o que ela repousa, o que ela produz e transforma em matéria de vida urbana. Eis, portanto, cinco operações que são postas em marcha na ambientação dos espaços urbanos.

OPERAÇÃO 1: INSTAURAR O SENSÍVEL COMO CAMPO DE AÇÃO

Para iniciar, notemos a crescente atenção colocada sobre as dimensões sensoriais dos espaços urbanos. Planos de iluminação e design de som, dispositivos de sonorização, de iluminação, de climatização, de ventilação, de odorização, todas

propostas que trabalham a matéria sensível em si mesma e fazem do médium o primeiro suporte do ordenamento. Em outras palavras, a ecologia urbana atual se inclina cada vez mais para estratégias explícitas de sensibilização dos espaços habitados. Aquilo que parecia óbvio e muitas vezes compunha um pano de fundo o ar, o som, o cheiro, o calor, a luz está se tornando umas das questões fundamentais das transformações urbanas. Em resumo, o ordenamento urbano não se limita somente às formas construídas e aos espaços edificados, mas também aos ambientes sensíveis e aos envelopes climáticos.

A noção de médium é de suma importância aqui. E vocês entendem que quando eu digo “médium”, eu digo ar, som, luz, cheiro... ou seja, todos os elementos do ambiente que tornam possível a percepção. Não se deve confundir, o médium não é o que percebemos não é o objeto de percepção. O médium é aquilo a partir do qual percebemos, é o que torna a percepção possível, aquilo que faz perceber. Não há visão possível sem luz, não há audição possível sem som, sem suporte para a propagá-lo e difundí-lo... Por exemplo, eu não ouço da mesma maneira em um espaço altamente reverberante ou, ao contrário, num espaço muito abafado. Minha audição não é a mesma sob a água ou ao ar livre. Eu não vejo da mesma forma se estou num lugar muito ensolarado ou num lugar coberto com uma espessa neblina. Assim, para que haja percepção, precisamos de um terceiro termo entre o sujeito que percebe e o objeto percebido. O médium é precisamente este lugar intermediário a partir do qual um objeto se torna sensível, visível, audível.

Ao reconhecer a existência deste terceiro termo, nós temos os meios para colocar em evidência um novo domínio de intervenção urbana. De agora em diante, o design urbano não se debruça mais tão somente sobre os objetos, mas sobre o que há entre os objetos. Não se trata mais tão somente

da concepção de edifícios ou de mega-estruturas, mas também de seu entorno, do que os rodeia. Portanto, O médium não é um dado, um estado puro da natureza, é uma construção [um construto] que percorre todas as escalas da concepção: da ergonomia à arquitetura, do urbano ao território. Em suma, trata-se de transformar não apenas um mundo de objetos e formas construídas, mas igualmente um mundo de ar e de atmosferas sensíveis. Compreende-se portanto que é todo um conjunto do universo sensorial que está em jogo aqui, não apenas o registro estrito da visão.

Mas se eu insisto na atual importância do domínio do sensível, é porque ele é atravessado por pelo menos três tipos de questões de natureza muito diferente. Ambientar um espaço convoca uma dimensão social e estético relativa à qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos. Como será discutido mais detalhadamente adiante, trata-se de criar as condições para uma cidade habitável para todos. Mas ambientar um espaço é, por vezes, também se inscrever em estratégias de marketing urbano e de concorrência de mercado. O marketing sensorial ou as novas cenas urbanas da cidade criativa são bons exemplos desta dimensão econômica. Ambientar um espaço é enfim ter em mãos os meios para agir na busca da sustentabilidade ambiental. Em termos ecológicos, o médium por excelência é o ar, das ilhas de calor e o do aquecimento climático. Isso permite levantar a questão até que ponto esses três modos de existência do médium são compatíveis: como o ar do bem-estar urbano, o ar da climatização mercantil e o ar da poluição atmosférica são capazes de se encontrarem e de se combinar.

OPERAÇÃO 2: COMPOR COM TONS AFETIVOS

Esta segunda operação consiste em introduzir o plano afetivo na composição dos espaços urbanos. Trata-se aqui de reconhecer a diferença entre um meio ambiente e uma ambiência.

Esquemáticamente, pode-se dizer que uma ambiência é o que dá vida a um meio ambiente, o que lhe confere um valor afetivo. Ambientar um território supõe não apenas controlar os parâmetros físicos de um meio ambiente construído, mas de dotar esse território de um determinado caráter, de um certo valor emocional e existencial. Toda ambiência mobiliza as experiências vividas e as maneiras de se estar juntos.

Em outras palavras, o médium que eu mencionei anteriormente nunca é neutro, ele sempre remete às tonalidades afetivas particulares. Assim, falamos de uma “sonoridade apaziguadora”, de uma “luminosidade insuportável”, de um “odor inebriante” ou de um “calor sufocante”. Todas essas qualidades que fazem parte de uma ambiência nos colocam num certo estado corporal e afetivo e envolvem nossa sensibilidade. Podemos falar ainda de uma praça “animada”, de um bairro “sombrio”, de uma atmosfera “gelada” ou, ao contrário, “calorosa”. A palavra-chave desta operação não é mais o médium, mas a ressonância. Pela ressonância, nós não ficamos alheios ou indiferentes ao nosso entorno, ao contrário, nós vibramos com ele, nele e por ele. É a partir da ressonância que se amplia a nossa capacidade de afetar e de ser afetado por outrem, e mais geralmente pelo mundo circundante. Em outras palavras, uma ambiência é de forma indistinta o sentimento de si e do mundo.

Ambientar um espaço é, portanto, trabalhar com o seu valor afetivo. Em termos propriamente urbanos, isso nos leva a interrogar sobre os tipos de tonalidades afetivas emprestadas aos espaços urbanos atuais. A cidade contemporânea parece atravessada por um duplo movimento de programação do festivo e de integração da segurança por um amplo espectro que vai desde uma “ecologia do medo” até uma “ecologia de encantamento.” Podemos constatar, a estética torna-se aqui uma verdadeira dimensão da governança urbana,

uma vez que se trata de saber como conseguimos instituir algo comum e viver num mundo compartilhado.

A ambiência parece funcionar aqui como o [a divindade romana] Janus de duas faces: por um lado, ela nos coloca em contato com os outros e se coloca como condição da possibilidade do sentimento de viver juntos, por outro lado, ela pode “redistribuir os lugares e as identidades” (para usar as palavras de Jacques Rancière). Não podemos esquecer que a ressonância é a um só tempo consonância e dissonância. Alguns falam do imaginário ecossanitário, do urban clean ou do novo higienismo para dizer como o movimento atual de ambientação tende a relegar certas categorias sociais consideradas indesejáveis e afirmar a predominância de um segmento da sociedade. Seja como for, tudo se passa como se tivéssemos agora de enquadrar as maneiras de sentir coletivas.

OPERAÇÃO 3: DAR CONSISTÊNCIA ÀS SITUAÇÕES URBANAS

Acabamos de ver como uma ambiência se disingue de um meio ambiente, agora tratemos de explorar a natureza diversa de uma ambiência. Qualquer situação urbana consiste em um conjunto muito heterogêneo de componentes: modos de andar e falar, jogos de olhares e de evitações; o tempo que faz e as condições sazonais; formas construídas e espaços ordenado; sonoridade e luminosidades dos lugares, cheiro e calor... Obviamente, não é possível uma lista exaustiva nessa questão. Um ambiente não procede de um ou de vários desses componentes, ela também não se limita à sua soma. Uma ambiência não se reduz a uma forma de luz ou a uma maneira de andar, a um material de construção ou a um tempo chuvoso, embora cada um destes elementos dados seja nela um participante ativo. Uma ambiência consiste sobretudo em religar estes vários elementos entre si,

em mantê-los unidos para torná-los um conjunto, em integrá-los, conferindo uma mesma tonalidade a tudo o que aparece. Como podemos aprender com o mundo da arte, trabalhar o material sensível é dotar o mundo de uma cara singular, de uma certa fisionomia de conjunto, de uma coloração particular. É desta forma que um único adjetivo permite qualificar um ambiente: ele é “alegre” ou “melancólico”, “hostil” ou “amigável”...

A palavra-chave aqui é a coalescência. Dizer que a ambiência dá consistência às situações urbanas é afirmar esse movimento de coalescência dos vários fatores constitutivos de uma situação. Temos então de reconhecer que uma ambiência não é algo precisamente localizável, mas sobretudo algo que se destaca de um campo difuso. Ela pressupõe um trabalho de desfocagem, uma atenção flutuante atenta à maneira como um território tece laços e se dota de uma consistência interna.

Os designers dos shoppings sabem bem e fazem de tudo para criar uma ambiência comercial: a programação de um fundo musical cuidadosamente preparado, a regulação de uma temperatura média constante, a luz homogênea para permitir a exposição máxima de produtos, o controle estrito das regras de conduta e dos modos de ser, a organização dos fluxos de pedestres e o arranjo espacial dos produtos à venda, etc. Diversos modos de expressão se combinam, se correspondem, e se interpenetram para ambientar um espaço. Tudo é implementado para neutralizar a percepção do tempo que passa e a existência de um exterior urbano. Impera um sentimento geral de flutuação inteiramente focado em vender e comprar.

É importante compreender que o domínio sensível não é um domínio isolado, autônomo, independente das práticas sociais. Pelo contrário, qualquer ambientação pressupõe performances habitantes que atualizam os recursos do meio ambiente construído. Eis uma anedota extraída

de uma pesquisa realizada há alguns anos sobre ambiências subterrâneas. Ao escutar os registros sonoros do Carrousel du Louvre, em Paris, percebemos sons contínuos e uniformes, de um arrastado sibilante, que tivemos dificuldade de identificar e que definia o tom da paisagem sonora. Depois de escutar aquele som repetidas vezes, percebemos que se tratava do som produzido pela maneira de andar dos visitantes. A superfície muito lisa do solo permitia que as pessoas dessem um “passo deslizante”, uma maneira de ocupar o solo e de patinar sobre ele de alguma forma. Nós entendemos que isso não era simplesmente “as pessoas andando”, mas o jeito de andar delas em função das características da textura do solo. Andando, os transeuntes tornavam o solo sensível e audível.

Em resumo, as práticas habitantes são constitutivas de uma ambiência. Elas fazem parte de sua dinâmica interna, revelando o potencial sensível dos lugares. Mas, cuidado, porque nem todos os espaços urbanos são idênticos a este respeito. Poderíamos falar aqui do grau de influência de uma ambiência, isto é, da capacidade de um ambiente ser sensível e reativo às práticas e expressões dos seus habitantes. Alguns espaços urbanos são mais abertos do que outros às variações e improvisações do público. Alguns deixam pouca margem para as manifestações humanas e tendem a operar segundo uma lógica estrita do condicionamento e do controle. Isso depende da capacidade de uma gestão para integrar, intensificar ou neutralizar o poder expressivo das atividades sociais. O famoso antropólogo americano, Gregory Bateson, falava em seu tempo de uma necessária “ecologia da flexibilidade”.

OPERAÇÃO 4: MANTER OS ESPAÇOS AO LONGO DO TEMPO

Esta quarta operação consiste em prestar atenção aos aspectos ordinários dos espaços urbanos. Considerando isso, podemos distinguir dois modos de implicação de uma ambiência na composição de um território. Por um lado, podemos produzir ambientação a partir de eventos específicos, excepcionais, extraordinários: festival de música, evento esportivo, festa de rua, etc. Ocasões que fazem a cidade vibrar e lhe conferem um caráter festivo. Mas também podemos colocar em ambiência, cuidando dos espaços do dia a dia, ao longo do tempo. Isto significa que não cuidamos apenas do cenário, dos elementos mais visíveis e mais espetaculares da cidade, mas também do seu pano de fundo, seus bastidores, daquilo que faz a sua textura e sua espessura. A palavra-chave desta operação é a manutenção.

Um modesto comerciante de Tunis varre todos os dias a frente de seu comércio e umedece a calçada para dar um pouco de frescor. Este é um gesto de acolhimento do outro e de manutenção de um espaço compartilhado, que faz parte da tonalidade de conjunto da rua. Não se trata, então, apenas de marcar as datas, de marcar a cidade com um evento memorável, mas também de prestar atenção às pequenas coisas da cidade e de cuidar das permanências de um território.

Muitas vezes negligenciados, os serviços urbanos ocupam aqui um lugar estratégico que mereciam, sem dúvida, ser considerados no seu justo valor. Isto porque uma boa ambientação se faz também com uma gestão eficaz da coleta dos resíduos urbanos, com uma atenção permanente à qualidade da via pública, através de um cuidado constante com as áreas verdes... Ao exemplo do comerciante tunisiano de agora há pouco, esses vários serviços são os guardiões de um cotidiano urbano que de tão importantes são tomados

como evidentes, como óbvios. Como vimos, esta operação que consiste em instalar um ambiente de forma sustentável procede por sua vez da ação dos administradores e dos moradores. Isto quer dizer que o ambiente se apresenta como um domínio de compartilhamento no qual as atividades profissionais e as práticas dos habitantes estão intimamente imbricadas.

Mas, atenção, enfatizar essa dimensão muitas vezes negligenciada que consiste na manutenção de um território não deve ser interpretado como uma intenção de manter um território sempre idêntico. Não se trata de congelar a cidade ou de conservá-la num mesmo estado. Antes, trata-se de afirmar que o mundo urbano está constantemente em transformação e que essas transformações se fazem em profundidade, continuamente, de forma subterrânea, acompanhando os processos em marcha mais do que criando a novidade a partir do nada. Em outras palavras, manter o espaço ao longo do tempo consiste em colocá-lo em condições, em nutrir as potencialidades sustentáveis, em alimentar os recursos existentes, em reunir as condições favoráveis para as ações desejadas, sejam elas concernentes aos profissionais urbanos ou aos habitantes. É desta maneira, que se cria uma ambiência no longo prazo.

OPERAÇÃO 5: APOSTANDO NAS TRANSFORMAÇÕES IMPERCEPTÍVEIS

Esta última operação convoca o poder de imersão de uma ambiência. Temos que mostrar aqui não só como nós habitamos um espaço, mas também como um espaço nos habita. A palavra-chave aqui é a impregnação. Para dizer de forma sucinta, ambientar um território consiste em produzir a impregnação. Todo um léxico está para ser desenvolvido, para tentar expressar essa relação sutil mas não menos vital para o meio ambiente: da emanção à carícia, do sopro ao leve toque, da

infusão à inclinação, do discreto ao evasivo, do não sei o quê ao quase nada.

Sem dúvida, é mais fácil de ilustrar esta operação com o mundo da arte, quando, por exemplo, um romance nos embarca no fluxo das palavras no seu próprio mundo, ou mesmo quando uma música nos leva imperceptivelmente no seu elã e nos mergulha em sua atmosfera. Nós estamos, então, dentro do romance, nós pertencemos, então, à música. Começamos a compreender que realizar a impregnação não tem nada de peremptório, de massivo ou de definitivo. É algo que envolve mais uma relação com o tempo e com o espaço feito de nuances, de lentidão e de constância. Aqui, encontramos-nos no limiar do perceptível, daquilo que escapa à atenção consciente, ao que Leibniz chamou de “pequenas percepções”. É aquilo que uma ambiência dá mais a sentir do que a perceber.

Poderíamos, então, distinguir a impregnação de duas outras relações com o território que são a injunção e o convite. Contrariamente à injunção que se baseia num conjunto de constrangimentos, de deveres e de regras manifestas, a impregnação não tem nada de imediatamente explícito. Procedendo na maioria das vezes por toques leves, por pequenas inflexões e por microfenômenos, ela é, sobretudo, da ordem do difuso, do infra, da evidência, daquilo já presente. É assim com esse som contínuo de um ventilador que eu acabo apagando do meu campo de consciência, ou com esse cheiro de poluição que eu acabo não mais sentindo de tão onipresente que ele é por toda a cidade em que eu moro. Basta a ventilação ser interrompida ou que eu volte de uma viagem para tomar consciência daquilo que já estava lá.

A impregnação se diferencia também do convite daquilo que James Gibson chamou de affordance que funciona como um conjunto de recursos abertos para a ação. O cheiro do pão quente que me convida para entrar na padaria ou a música

de rua que me convida a parar por um instante. Mas, enquanto, que o convite oferece a oportunidade para ações específicas e localizadas, atualiza-se em momentos precisos de acordo com uma lógica da ocasião, a impregnação por sua vez procede mais de uma duração indiferenciada, feita de persistência e de permanência. Em suma, ao realizar a impregnação, a ambiência não se situa na eficácia imediata. Ele valoriza sobretudo a porosidade que existe entre os habitantes e seu meio de vida, a nossa capacidade de sentir e incorporar as pequenas modulações de um espaço sensível. Tal como o idoso que diminui de maneira imperceptível o passo logo que a rua começa a ficar íngreme.

CONCLUSÃO

Algumas palavras para concluir.

Se tivéssemos de resumir esses diversos processos que participam da ambientação dos espaços urbanos, poderíamos dizer ao fim que se trata de “dar o tom” aos territórios. Esta expressão “dar o tom” me parece fundamental para as questões que nos ocupam. Tentei demonstrar que dar o tom pressupõe simultaneamente uma arte de desfocalização, uma arte de acompanhamento e uma arte de impregnação. Trata-se então de uma nova maneira de transformar em conjunto um mundo familiar e vulnerável.

Para aqueles interessados no desenvolvimento sustentável, não é certo que a noção de meio ambiente seja sempre a mais adequada. Eu tentei substituí-la aqui pela noção de ambiência. Procedendo desse modo, valorizamos o potencial afetivo dos meios ambientes cotidianos. Os problemas ecológicos aos quais somos confrontados não podem ser tratados em termos puramente técnicos. Eles supõem a nossa capacidade de nos colocarmos à escuta da existência atmosférica do mundo contemporâneo.

Estas mudanças profundas da vida urbana requerem novos modelos de inteligibilidade e convocam novas maneiras de construir territórios. Não deveríamos procurar na ambiência uma alternativa para a ontologia da coisa e para o primado da substância? Não entramos na era dos fenômenos atmosféricos, dos envelopes sensíveis e dos ares modificados? Podemos então falar de um devir ambiente do mundo urbano? 